

SUMÁRIO

PARTE I

PARTE GERAL DA EXECUÇÃO TRABALHISTA

Capítulo 1

Tutela executiva e processo do trabalho

1.1. A natureza da atividade jurisdicional executiva trabalhista	21
1.2. Fixação do marco normativo regulador da execução trabalhista	24
1.2.1. Do anacronismo do modelo tradicional de aplicação subsidiária do “direito comum”	26
1.2.2. Da construção de uma interpretação adequada para as regras de subsidiariedade do direito processual do trabalho (CLT, arts. 769 e 889)	28
1.2.3. Da identificação e da preservação da base ideológica formadora do direito processual do trabalho	34
1.2.4. Da construção do método para aplicação subsidiária das alterações da legislação processual civil ao processo trabalho	35
1.2.4.1. Hipóteses de regulamentação inexistente	36
1.2.4.2. Hipóteses de regulamentação referencial	37
1.2.4.3. Hipóteses de regulamentação concorrenciais	38
1.2.4.4. Subsidiariedade e supletividade orgânicas no novo Código de Processo Civil (art. 15)	41
1.3. Princípios fundamentais da execução trabalhista	43
1.3.1. Princípio da ampla atuação jurisdicional executiva	46
1.3.2. Princípio da disponibilidade absoluta da tutela executiva	49
1.3.3. Princípio da máxima efetividade da tutela executiva	52
1.3.4. Princípio da menor restrição possível	53

Capítulo 2

Aspectos fundamentais da realização da tutela executiva trabalhista

2.1. Tipificação dos títulos executivos trabalhistas	57
2.2. As modalidades de títulos executivos trabalhistas	59
2.2.1. Títulos executivos trabalhistas judiciais originários	62

2.2.1.1.	A sentença proferida pelos órgãos jurisdicionais trabalhistas ...	63
2.2.1.2.	A sentença homologatória de conciliação entre as partes	65
2.2.1.3.	Sentença homologatória de acordo extrajudicial (CLT, art. 652, f).	67
2.2.2.	Títulos executivos judiciais subsidiários	73
2.2.2.1.	Sentença penal condenatória transitada em julgado	73
2.2.2.2.	Sentença arbitral.	75
2.2.2.3.	Decisão no âmbito de tutelas provisórias	76
2.2.2.4.	Decisão interlocutória que fixa penas pecuniárias concernentes às obrigações de fazer e de não fazer	79
2.2.3.	Títulos executivos atípicos	80
2.2.3.1.	Créditos previdenciários decorrentes das decisões trabalhistas .	81
2.2.3.2.	Dos termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho	85
2.2.4.	Títulos executivos extrajudiciais próprios	87
2.2.4.1.	Dos termos de conciliação perante as comissões de conciliação prévia.	87
2.2.5.	Títulos executivos extrajudiciais subsidiários	88
2.2.5.1.	Títulos de crédito dotados de eficácia executiva	89
2.2.5.2.	Documentos públicos e particulares	90
2.2.5.3.	Certidão da dívida ativa da União	91
2.2.6.	Dos títulos executivos produzidos no estrangeiro	91
2.3.	Execução provisória	93
2.3.1.	Da fixação do marco normativo regulador da execução provisória trabalhista	94
2.3.2.	Desencadeamento da execução provisória	98
2.3.3.	Da provocação da tutela executiva provisória	101
2.3.4.	Da responsabilidade do exequente pela execução provisória e da prestação de caução	104
2.3.5.	Das hipóteses de dispensa da caução	106
2.3.5.1.	Dispensa de caução em face da natureza alimentar o crédito exequendo	107
2.3.5.2.	Dispensa de caução em face de situação de necessidade do credor	109
2.3.5.3.	Da dispensa de caução na pendência de agravo de instrumento	109
2.3.5.4.	Dispensa de caução em face de execução de sentença proferida de acordo com jurisprudência dominante	112
2.3.5.5.	O problema do indeferimento da dispensa da caução em face da possibilidade de dano de difícil ou incerta reparação (CPC, art. 521, parágrafo único).	113
2.3.6.	Da formação de autos suplementares	113
2.3.7.	Os efeitos da reversibilidade da sentença perante terceiros	114
2.3.8.	A execução provisória e o cumprimento das obrigações de fazer e de não fazer	116

2.4. A legitimidade na execução	118
2.4.1. Legitimidade ativa ordinária originária	121
2.4.2. Legitimidade ativa ordinária superveniente	121
2.4.2.1. Legitimação ativa superveniente do espólio ou dos sucessores do credor	122
2.4.2.2. Legitimação ativa superveniente do cessionário	123
2.4.2.3. Legitimação ativa superveniente do sub-rogado	126
2.4.3. Legitimidade ativa extraordinária	126
2.4.3.1. Legitimidade ativa extraordinária do Ministério Público do Trabalho nas execuções coletivas	126
2.4.4. Legitimidade passiva ordinária originária	127
2.4.5. Legitimidade passiva ordinária superveniente	128
2.4.5.1. Legitimidade passiva ordinária superveniente do espólio, herdeiros e sucessores do devedor (CPC, art. 779, II)	129
2.4.5.2. Legitimidade passiva ordinária superveniente do novo devedor (CPC, art. 779, III)	130
2.4.6. Legitimidade passiva extraordinária	131
2.4.6.1. Legitimidade passiva extraordinária da empresa integrante do grupo econômico (CLT, art. 2º, §§ 2º e 3º)	133
2.4.6.2. Legitimidade passiva extraordinária do sucessor trabalhista (CLT, art. 10, 448 e 448-A)	138
2.4.6.3. Legitimidade passiva extraordinária do sócio decorrente da despersonalização (CLT, art. 10-A)	139
2.4.6.3.1. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica e sua aplicação ao processo do trabalho (CLT, art. 855-A CPC, arts. 133 e segs.)	143
2.5. Fraude de execução	152
2.5.1. Fraude de execução relacionada à modalidade da ação movida contra réu ou devedor (CPC, art. 792, I)	155
2.5.2. Fraude de execução baseada na existência de prévio gravame do bem ou do patrimônio do devedor (CPC, art. 792, II e III)	156
2.5.3. Fraude de execução relacionada ao limite temporal da alienação ou oneração dos bens (CPC, art. 792, IV)	158
2.5.4. Instrumentos de preservação do interesse de terceiros diante da fraude de execução (CPC, art. 792, § 4º)	163
2.6. Conteúdo ético das partes na execução – sanções processuais no procedimento executivo	164
2.6.1. Atos atentatórios à dignidade da justiça no âmbito da tutela executiva trabalhista	166
2.6.1.1. Cometimento de fraude à execução (CPC, art. 774, I)	166
2.6.1.2. Oposição maliciosa à execução mediante emprego de ardis e meios artificiosos (CPC, art. 774, II)	167
2.6.1.3. Resistência injustificada às ordens judiciais (CPC, art. 774, III)	169
2.6.1.4. Recusa na indicação de bens passíveis de penhora (CPC, art. 774, V)	170

2.6.2. Da multa pela prática de atos atentatórios à dignidade da justiça (CPC, art. 774, parágrafo único)	171
2.7. Competência para a execução trabalhista	171

Capítulo 3

Liquidação no processo do trabalho

3.1. Natureza jurídica e função da liquidação no processo laboral	175
3.1.1. Tendência contemporânea de estímulo à formação de títulos executivos originalmente líquidos	176
3.1.2. Natureza da atividade jurisdicional de liquidação	178
3.2. Liquidação por cálculos	180
3.2.1. Delimitação conceitual	180
3.2.2. Procedimento da liquidação por cálculos	182
3.3. Liquidação por arbitramento	186
3.4. Liquidação por artigos	189
3.5. Liquidação de sentenças genéricas no processo coletivo	192
3.5.1. O papel tradicional da liquidação e seu anacronismo diante da efetivação das tutelas dos direitos individuais homogêneos	198
3.5.2. Natureza jurídica da liquidação da sentença de tutela de interesses individuais homogêneos	202
3.5.3. Do procedimento da liquidação de sentença de interesses individuais homogêneos de índole trabalhista	204
3.5.3.1. Da forma de provocação da liquidação	205
3.5.3.2. Da competência territorial para o conhecimento do procedimento de liquidação	207
3.5.3.3. Da necessidade do estabelecimento do contraditório prévio	208
3.5.3.4. Da decisão judicial que analisa o pedido de liquidação	209
3.5.3.5. Dos meios de impugnação da liquidação	210
3.5.3.6. Prazo para provocação da liquidação	211

PARTE II

PROCEDIMENTO EXECUTÓRIO

Capítulo 4

Execução por quantia certa contra devedor solvente fundada em título judicial

4.1. Enquadramento do tipo procedimental	215
4.2. Início da execução e provocação do executado	216
4.2.1. Do anacronismo da citação no âmbito da execução fundada em título judicial	217
4.2.2. Do marco inicial para o desencadeamento da tutela executiva	220

4.2.3. Do termo inicial para o cumprimento das sentenças homologatórias de acordos	227
4.3. Da aplicação de medidas coercitivas para o cumprimento das obrigações de pagar previstas em títulos judiciais	228

Capítulo 5

Execução por quantia certa contra devedor solvente fundada em título extrajudicial

Capítulo 6

Fases procedimentais comuns à execução por quantia certa 'contra devedor solvente fundadas em títulos judicial e extrajudicial

6.1. Fase da coerção patrimonial – penhora	241
6.1.1. Conceito e efeitos da penhora perante o direito processual do trabalho	241
6.1.2. Nomeação de bens à penhora	245
6.1.3. Procedimento de aperfeiçoamento da penhora	247
6.1.3.1. Atos de concretização	249
6.1.3.2. Atos de documentação	250
6.1.3.3. Atos de efetivação – depósito e registro da penhora	253
6.1.4. Causas de impenhorabilidade perante a execução trabalhista	255
6.1.4.1. Móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado (CPC, art. 833, II)	258
6.1.4.2. Vestuários e os pertences de uso pessoal do executado (CPC, art. 833, III)	260
6.1.4.3. Vencimentos, remunerações e congêneres do devedor (CPC, art. 833, IV)	260
6.1.4.4. Livros, máquinas, ferramentas, utensílios, instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado (CPC, art. 833, V)	264
6.1.4.5. Seguro de vida (CPC, art. 833, VI)	266
6.1.4.6. Materiais necessários para obras em andamento (CPC, art. 833, VII)	266
6.1.4.7. Pequena propriedade rural (CPC, art. 833, VIII)	267
6.1.4.8. Recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social (CPC, art. 833, IX)	267
6.1.4.9. Quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de quarenta salários mínimos (CPC, art. 833, X)	268
6.1.4.10. Recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político (CPC, art. 833, XI)	270
6.1.4.11. Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (CPC, art. 833, XII)	270
6.1.4.12. Bem de família (Lei n. 8.009, de 29.03.1990).	271

6.1.5. Modificações da penhora	274
6.1.5.1. Causas de aumento da penhora	275
6.1.5.2. Causas de diminuição da penhora	276
6.1.5.3. Causas de substituição da penhora	277
6.1.6. Penhoras especiais	282
6.1.6.1. Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira (CPC, art. 854 e segs.)	283
6.1.6.2. Penhora de créditos (CPC, arts. 855 e segs.)	286
6.1.6.3. Penhora das quotas ou ações de sociedades personificadas (CPC, art. 861)	288
6.1.6.4. Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semo- ventes (CPC, art. 862 e segs.)	290
6.1.6.5. Penhora de percentual de faturamento de empresa (CPC, art. 866)	292
6.1.6.6. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel (CPC, art. 867 e segs.)	295
6.1.7. Avaliação	296
6.2. Fase de expropriação	298
6.2.1. Adjudicação na perspectiva trabalhista	301
6.2.1.1. Requerimento de adjudicação por terceiros – hipóteses de remi- cação da penhora e sua aplicabilidade ao processo do trabalho ..	304
6.2.2. Alienação por iniciativa particular e em leilão judicial eletrônico ou presencial na perspectiva trabalhista	306
6.2.2.1. Alienação por iniciativa particular	306
6.2.2.2. Alienação em leilão judicial eletrônico ou presencial	309
6.2.2.2.1. Formas legais de expropriação por meio de leilão judicial e sua aplicação ao processo do trabalho	309
6.2.2.2.2. Comunicação prévia da realização do leilão – publi- cação de editais e seus requisitos	311
6.2.2.2.3. Apresentação e apreciação de lances e propostas ..	313
6.2.2.2.4. Auto de arrematação – lavratura e assinatura	318
6.2.2.2.5. Procedimentos de transferência do domínio para o arrematante – mandado de entrega e carta de arrematação	319
6.2.2.2.6. Desfazimento da arrematação	320
6.3. Incidentes atípicos e procedimentos finais da execução por quantia certa	323
6.3.1. Decretação de recuperação judicial do devedor	323
6.3.2. Decretação de falência do executado	326
6.3.3. Prescrição intercorrente	327
6.3.4. Causas de suspensão da execução	331
6.3.5. Extinção da execução pelo pagamento	331

Capítulo 7

Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer no âmbito do processo do trabalho

7.1. A construção do conceito de tutela específica no processo do trabalho	334
7.2. Provocação do devedor e suas consequências	336
7.3. Instrumentos de coerção do juiz condutor da execução	337
7.3.1. Multas (astreintes)	338

Capítulo 8

Procedimentos executivos peculiares de competência da justiça do trabalho

8.1. Execução de contribuições previdenciárias no processo do trabalho	343
8.1.1. Atipicidade e caráter extraordinário da execução previdenciária de competência da Justiça do Trabalho	343
8.1.1.1. Competência para executar contribuições previdenciárias decorrentes de homologação de acordo extrajudicial (CLT, art. 855-A a 855-E).	351
8.1.2. Aspectos procedimentais relevantes	352
8.2. Execução de obrigações de trato sucessivo	353
8.3. Execução fiscal de competência da Justiça do Trabalho (CF, art. 114, VII).	354
8.3.1. Obrigações exequíveis nos limites da execução fiscal trabalhista: multas decorrentes de penalidades administrativas.	354
8.3.2. Procedimento da execução fiscal trabalhista.	357

Capítulo 9

Execução contra a Fazenda Pública na perspectiva trabalhista

9.1. Procedimento das execuções em face da Fazenda Pública no âmbito do direito processual do trabalho.	361
9.1.1. Execução em face da Fazenda Pública fundada em título executivo judicial.	362
9.1.1.1. Impugnação da Fazenda Pública – Embargos à execução.	363
9.1.1.1.1. Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (CPC, art. 535, I).	364
9.1.1.1.2. Ilegitimidade de parte (CPC, art. 535, II).	364
9.1.1.1.3. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (CPC, art. 535, III; CLT, art. 884, § 5º)	365
9.1.1.1.4. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (CPC, art. 535, IV).	366
9.1.1.1.5. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução (CPC, art. 535, V).	367
9.1.1.1.6. Causas impeditivas, modificativas ou extintivas das obrigações executadas (CPC, art. 535, VI).	367

9.1.2. Execução em face da Fazenda Pública fundada em título executivo extrajudicial.	368
--	-----

PARTE III

MEIOS DE DEFESA DO EXECUTADO

Capítulo 10

Instrumentos de garantia do exercício do direito de defesa do executado – defesas típicas e atípicas

10.1. Defesas típicas do devedor no processo do trabalho: embargos à execução fundada em título judicial	375
10.1.1. Embargos à execução fundada em título judicial	378
10.1.1.1. A questão do prazo para ajuizamento	378
10.1.1.2. Matérias argüíveis no âmbito dos embargos à execução trabalhista	381
10.1.1.2.1. A falta ou a nulidade da notificação na fase de conhecimento (CPC, art. 525, § 1º, I)	381
10.1.1.2.2. Ilegitimidade da parte (CPC, art. 525, § 1º, II)	382
10.1.1.2.3. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (CPC, art. 525, § 1º, III)	384
10.1.1.2.4. Vícios na penhora ou na avaliação (CPC, art. 525, § 1º, IV)	388
10.1.1.2.5. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (CPC, art. 525, § 1º, V)	388
10.1.1.2.6. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução (CPC, art. 525, § 1º, VI)	390
10.1.1.2.7. Causas impeditivas, modificativas ou extintivas das obrigações executadas (CPC, art. 525, § 1º, VII)	390
10.1.1.3. Da suspensividade relativa dos embargos à execução	391
10.1.1.4. O problema da garantia do juízo como pressuposto dos embargos	394
10.1.1.5. Da natureza jurídica do ato que decide os embargos à execução e do recurso cabível	396
10.2. Defesas típicas do devedor no processo do trabalho: embargos do devedor em execução fundada em título extrajudicial	396
10.2.1. Parcelamento da dívida exequenda pelo devedor	400

Capítulo 11

Defesas atípicas do devedor no processo do trabalho

11.1. Objeção de pré-executividade	404
11.1.1. Construção conceitual da objeção de pré-executividade	405
11.1.2. Cabimento e função da objeção de pré-executividade na execução trabalhista	406

11.1.3. Procedimento da objeção de pré-executividade	408
11.1.4. Natureza jurídica, efeitos e recorribilidade da decisão que resolve a objeção de pré-executividade	410
11.1.5. Objeção de pré-executividade e ato atentatório à dignidade da justiça	413
11.2. Embargos de terceiro	413
11.2.1. Legitimação dos embargos de terceiro nos limites da tutela de execução	414
11.2.1.1. Legitimação do cônjuge ou companheiro na defesa de patrimônio próprio ou meação (CPC, art. 674, § 2º, I)	415
11.2.1.2. Legitimação do terceiro adquirente de bem alienado em fraude de execução (CPC, art. 674, § 2º, II)	416
11.2.1.3. Legitimação do terceiro que sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte (CPC, art. 674, § 2º, III)	416
11.2.1.4. Legitimação do credor com garantia real (CPC, art. 674, § 2º, IV)	417
11.2.2. Prazo para ajuizamento dos embargos de terceiro	417
11.2.3. Procedimento	418
11.3. Defesa por meio de ações constitutivas	420
11.4. Mandado de segurança	423

Capítulo 12

Sistema recursal da execução

12.1. Convergência conceitual dos agravos na perspectiva do direito processual do trabalho	427
12.2. Do cabimento do agravo de petição	429
12.3. Pressupostos recursais específicos do agravo de petição	432
12.3.1. O preparo do agravo de petição – depósito recursal e garantia do juízo	432
12.3.2. Delimitação das matérias objeto do agravo de petição	435
12.4. Processamento do agravo de petição	436
12.5. Cabimento do recurso de revista em face das decisões de agravo de petição ..	437

Referências bibliográficas	443
----------------------------------	-----

Índice Alfabético e Remissivo	453
-------------------------------------	-----